

O TECER DE UM *PATRIMONIUM*:
AS RECORDAÇÕES DE JACOME RATTON
SOBRE AS OCORRÊNCIAS DO SEU TEMPO,
DE MAIO DE 1747 A SETEMBRO DE 1810

Ana Paula Avelar

Quando tomámos como propósito nuclear da nossa comunicação o conceito de *Patrimonium*, desvendando-o nas *Recordações de Jacome Ratton sobre as ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, inscrevêmo-lo no sentido clássico de *Bem*, de *Herança*, de preservação de um tempo. Como Françoise Choay afirma: “Património. Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjectivos (genético, natural, histórico...), que fizeram dela um conceito nómada, prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório”¹.

Mas, abandonemos a requalificação da palavra, e sem dúvida, donde nós partimos é do facto desta noção de *herança* se cruzar necessariamente com a valoração dada ao artefacto e ao papel que este adquire na reconstrução de um passado. É no período Moderno, e mais concretamente a partir do século XVI, que tal atitude ganha centralidade. Com efeito, a descoberta das esculturas greco-romanas soterradas nas cidades italianas, o seu estudo e descodificação estética e temática, a sua imitação e reinvenção, conduzem a uma diferente vivência do objecto, do vestígio²,

¹ Françoise, Choay, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2000, p. 11.

² Cf. Leonard Barkan, *Unearthing the Past – archaeology and aesthetics in the making of Renaissance culture*, Yale, University Press, 1999, p. XXII.

o que ultrapassa em larga medida o período temporal em que tal acontece, perdurando todavia como instrumento e método analítico. Veja-se o modo como são entendidos os estudos de recuperação das obras de arte. Como escreve Leonard Barkan: “Thus the twentieth-century act of recuperation was a kind of archaeology – a careful mapping of material artefacts on a grid of time and space – which was itself being applied to a rather different sort of Renaissance archaeology, a recovery of the past that was as unsystematic as it was passionate”³.

A sua interpretação passa pela leitura do conjunto em que elas, obras de arte, se enquadram, e pela reconstrução de um tempo onde se tomam e articulam os dados que dão sentido ao artefacto. Esta tem sido, aliás, a prática face ao *vestígio*. Tome-se o exemplo das leituras feitas a partir do documento de um tempo, do livro entendido como objecto cultural. Observe-se como, tomando exactamente as *Recordaçoes...*, Nuno Daupias de Alcochete elaborou a sua tese de doutoramento, traduzindo e comentando-as. Fê-lo através da introdução de toda uma série de documentos que passariam seja por plantas, decretos, árvores geneológicas, ou notações várias e cuidadosas que iluminariam a narrativa, para ele: “Les Recordaçoes de Jacques Ratton sont plus souvent citées que lues (...)”⁴.

Ainda que largos anos tenham passado, a figura de Ratton vai sendo revisitada sob múltiplos propósitos, recorde-se o interessante trabalho desenvolvido na Escola Secundária Jacome Ratton, de Tomar onde esta figura ganha voz numa evocação quotidiana; vejam-se, nomeadamente, os vários *sites* que habitam a *web*. Este texto ainda permanece frequentemente adormecido, sendo este o nosso objecto. Citando Michel Foucault pretendemos:“(...) not to awaken texts from their present sleep, and, by reciting the marks still legible on their surface, to rediscover the flash of their birth(...)”⁵. Buscamos sim: “(...) to follow them through their sleep, or rather to take up the related themes of sleep, oblivion, and lost origin, and to discover what mode of existence

³ *Ibidem*, p. XXII.

⁴ Nuno Daupias de Alcochete, *Jacques Ratton – recordaçoes sobre ocorrências do seu tempo em Portugal*, Université de paris – Faculté des Lettres, 1967, (Tese de doutoramento policopiada) p. 5.

⁵ Leonard Bakan, *op. cit.*, p. XXIII. Estas são as palavras de Michel Foucault citado nesta obra.

may characterize statements, independently of their enunciation, in the density of time in which they are preserved, in which they are reactivated, and used, in which they re also-but this was not their original destiny-forgotten, and possibly even destroyed”⁶.

Insculpindo a nossa análise nesta corrente, devemos, igualmente, ter em atenção que a ideia/consciência de que a memória formula a identidade e é um instrumento contra o esquecimento, é algo de relativamente recente no modo como se intui a função da memória. Este é aliás mesmo um dos vectores que traduz a construção da Modernidade.

Ainda no século XVIII: “Lives were conceived not as diachronic continuities but as instances of constant, universal principles. Individual identity was fixed, consistent, and vested wholly in the present(...)”⁷, podendo o texto funcionar como um dos veículos onde a memória se patenteia, onde a identidade se expõe, sendo a autobiografia escrita no século XVIII como um espaço onde as identidades se revelam, figurando como momentos fortuitos de introspecção pessoal que estabelecem a ligação entre o presente do indivíduo e estádios anteriores da sua vida. O conhecimento do passado funda-se neste século como instrumento legitimatório das lutas internas e externas dos Estados e das Nações, face ao qual o indivíduo se posiciona; o *factum*, entendido como aquilo que o homem cria, era o *verum*, a verdade, isto é, os homens compreenderiam melhor e mais profundamente aquilo que eles próprios tinham feito que aquilo com que eram confrontados, nomeadamente a natureza.

É neste intuir de si, na defesa de uma ideia de progresso em que presente, passado e futuro:“(...) were once more linked in a development with a common direction; this time not toward a spiritual goal but toward human betterment in this world(...)”⁸, que devemos analisar as *Recordações* de Jacome Ratton. É no quadro mental em que são produzidas que lemos o seu legado cultural e a sua efectiva acção num presente. Confrontamo-nos com a afirmação de um eu no tempo, onde são inúmeros os textos que, como os de Ratton ou Gorani, descrevem

⁶ Ibidem.

⁷ David Lowenthal, *the past is a foreign country*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002, p. 198.

⁸ Cf. Ernst Breisach, *Historiography-ancient, medieval & modern*, Chicago, University Press, 1994, p. 205.

as Memórias dos seus autores⁹. Verdadeiramente emblemático é o subtítulo que Gorani apõe ao seu escrito: *Mémoires pour servir à l'Histoire de ma vie*.

Mas toquemos as *Recordaçoes...* de Ratton, o seu libelo de defesa e legitimação da sua vivência em Portugal durante os sessenta e três anos e meio que constituem o objecto da sua escrita. Ele é: “Fidalgo e cavaleiro da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo, ex-negociante da praça de Lisboa, e deputado do Tribunal Supremo da Real Junta do Commercio, agricultura, fábricas e Navegação”¹⁰.



Fig. 1 – Brasão dos Ratton.

O brasão possui ¹¹ as suas armas de azul com: “(...) um mar de prata em ponta, carregado de um atum, de sua cor, chefe de prata, carregado de um rato passante, de sua cor, sendo o timbre um rato nascente de negro(...)”¹², traduz um interessante enigma corporizado

⁹ Atente-se na compilação de 200 páginas de títulos compilados por Farinelli nas suas divagações bibliográficas, só respeitantes ao século XVIII, intitulada *Viajes por España Y Portugal...*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1942.

¹⁰ J. M. Teixeira de Carvalho, *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, p. XIX. Nas sucessivas citações das *Recordaçoes...* utilizaremos esta edição.

¹¹ As cartas de brasão são datadas de 1787 e 1788.

¹² Vários, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo, 1973, 15, p. 1798.

no *chefe* onde encontramos um rato, (rat,fr.) e na ponta do escudo um atum (thon, fr.).

Mas voltemos ao legado de Ratton.



Fig. 2 – Jacome Ratton
(pormenor o quadro pintado por Pellegrini em 1807)¹³.

Os acontecimentos descritos fluem pelo mês de Maio de 1747 até Setembro de 1810, referenciando o período em que residiu em Lisboa, alertando o leitor que acompanha as suas notas biográficas com subsequentes reflexões, as quais são “(...) para informação de seus próprios filhos”¹⁴. Contudo o público a que se dirige é, sem dúvida, mais alargado, até porque este livro sai impresso, em Londres, logo em 1813, na cidade onde se exilou e onde se tinha instalado comercialmente, anos antes, seu filho José Luís.

A tecitura do seu legado architecta-se em três núcleos fundamentais. O primeiro consubstancia-se nos dados biográficos corporizados na exposição das teias familiares que se expandem por Portugal-França-

¹³ Cf. Nuno Daupias d’Alcochete, *Lettres familière de Jacques Ratton – 1792-1807*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1961, p.1.

¹⁴ *Ibidem*.

-Inglaterra. O segundo debruça-se fundamentalmente pela exposição dos sucessivos bens patrimoniais adquiridos, urdindo-se o percurso individual com o exercício dos lugares públicos. O terceiro e último núcleo toca os acontecimentos no reino de Portugal, destacando-se muito em particular o terramoto e as transformações vividas na cidade de Lisboa, as práticas governativas de D. José e de Sebastião de Carvalho e Melo, discorrendo muito em particular sobre as várias medidas económicas tomadas, as quais, de certo modo, se repercutiam no "Comércio, agricultura, fábricas e Navegação"¹⁵.

Ratton percorre estes três espaços temáticos enunciados, num discurso ao correr da pena: "(...) relatarei pela forma, e ordem em que me for lembrando, acompanhando-os das reflexões, que me ocorrerem a respeito de cada objecto; e isto com puras intenções da utilidade pública tanto presente como futura(...)"¹⁶.

Assim parte no preâmbulo da sua obra da descrição da sua prisão, deportação e exílio em Londres, clamando inocência, expondo o porquê da sua escrita: "A natureza, e objecto desta minha produção exigem, que eu fale de mim em muitas ocasiões, e relate couzas, tão úteis, como curiosas, que se ignorão, e que me parecem próprias a patentear a minha conduta, a fim de que o leitor, que tiver o animo e paciência de ler sem prevença estas minhas recordações, conheça o meu carácter(...)". É *essa genealogia do eu* que inicia as suas recordações, finalizando as mesmas, e imediatamente antes dos documentos que coloca em anexo, apelidados de *Colecção de Provas*, com a descrição: "(...) do meu comportamento durante a invasão e depois desta até à minha deportação"¹⁷. O ciclo fecha-se, não se eximindo Ratton de responder a outras acusações, seja perante quem for, como ele próprio declara no seu livro. É o exercício da peroração.

Mas observemos a sua obra. Os seus primeiros segmentos narrativos referem-se a vários momentos biográficos: ao seu nascimento, à vinda de seus pais para Portugal, às ligações que sua família dispunha neste país, a sua descendência e as sociedades comerciais por onde passou e que fundou, as ligações a França, nomeadamente os bens que aí possuía e os laços que se preservam ao longo dos tempos naquele

¹⁵ Recorde-se a forma como Ratton se apresenta ao seu público leitor.

¹⁶ J. M. Teixeira de Carvalho, *op. cit.*, p.5.

¹⁷ *Ibidem*.

espaço. Encontramos traçados os percursos individuais da sua casa comercial e muito em particular a instrução procurada pelos seus membros. É assim que Ratton, relativamente aos seus dois filhos, Henrique José e José Luís, os envia para o Instituto de Dessau na Saxónia e afirma: “(...) os fiz residir em Inglaterra o tempo necessário, para se instruírem na língua inglesa, possuindo deste modo o conhecimento das quatro línguas, a saber, portuguesa, francesa, alemã, e inglesa”¹⁸. É o delinear de uma *prosopografia* familiar o que imana deste texto. É o traçar, em vários momentos, e em vários contextos conjunturais, do modo como se entendeu a *Educação*, e como Ratton a considerou um dos elementos nucleares da sociedade. Leia-se a propósito o segmento narrativo intitulado *O conde de Oeiras feito Marquês de Pombal*, onde Ratton revisita o sistema educativo então implementado, elogiando-o¹⁹.

Por outro lado, as necessidades ditadas pelo comércio estão presentes ao longo de todas as *Recordações*, sendo sempre fortemente relatados os laços familiares que perduram entre os vários membros desta família onde se gosta de estar e que se gosta de evocar. É sem dúvida o modelo familiar onde ganha força a intimidade, onde se espelha todo um novo código de conduta, num tempo em que a matriz do prestígio deriva do sucesso profissional e da riqueza²⁰. Na obra de Jacome Ratton intui-se esta nova realidade, a qual deverá ser analisada num confronto próximo com a epistolografia trocada entre este e seus filhos, muito em particular suas filhas. Aí se comprovam as palavras de Ariés, visto: “La nouvelle politesse oblige à la discrétion et au respect de l’intimité d’autrui.”²¹

As cartas que troca com as filhas que permaneceram em França são disso exemplo paradigmático. Atente-se na epístola redigida a 9 de Outubro de 1797 a Lucie Aujas, onde, após referir a missiva que tinha sido por esta enviada a seu irmão Diogo, Jacome escreve: “Elle (carta) est pleine de sentiments tendres et fraternels qui m’ ont fait plaisir, mais non l’aveu d’ avoir passée de l’incrédulité au fanatisme religieux: je vous meconnais sur ce point, puisque c’est se glorifier d’aveuglement et

¹⁸ *Ibidem*, p.14.

¹⁹ *Ibidem*, pp.160-167.

²⁰ Cf. Norbert Elias, *La dynamique de l’Occident*, Paris, Calmann-Lévy, 2001, p. 280.

²¹ Philippe Ariés, *L’enfant et la vie familiale sous l’Ancien Régime*, Paris, Editions du Seuil, 1973, p. 301.

de vouloir y persister. Il n'y a pas de fanatisme qui soit raisonné, et la raison en nous est un rayon de la divinité: c'est par elle que l'Eternel se manifeste à notre entendement(...)"²². Para este: "La lumière est l'amie de la vérité, comme les ténèbres le son du mal moral dont il est fils"²³.

A ligação a França encontra-se patente nos vários escritos de Ratton, assistindo-se ao seu particular cuidado em compreender a realidade que o circunda, mesmo aquela que dele se encontra distante espacialmente, mas com a qual se relaciona intensamente. Recorde-se os 22 códices existentes no Museu Britânico que lhe pertenceram, os quais incorporam toda uma série de documentação, que circulava entre os órgãos do aparelho de estado francês. São alguns deles respostas a inquéritos lançados em França e desvendam algumas das suas formas de funcionamento. Centram-se num tempo, o do reinado de Luís XV, e num momento em que a política interna e externa francesa ainda se encontra marcada pelas guerras de Sucessão na Polónia (1733-1738), e na Áustria (1740-1748), estando a França em vésperas de entrar na Guerra dos Sete Anos (1756-1763) em que se alia à Áustria, Rússia, Polónia, Suécia e Espanha, combatendo a Prússia e a Inglaterra. Todavia, o códice dos *Additional Papers* 20.842 expõe, em vésperas de um conflito militar, as informações de carácter não militar sobre o que se vislumbrava ser o inimigo inglês²⁴. Conhecer a documentação de que se auxiliava Ratton é também desvendar o solo sobre o qual se constrói um *património*.

Mas regressemos às suas *Recordações*. Ratton fazia parte da *nação francesa* em Lisboa. São patentes as origens rurais da sua família, afirmadas nas propriedades que possuíam em Macon, e na circunstância de se terem estabelecido primeiro no Porto e depois em Lisboa, como pequenos comerciantes retalhistas. Tal facto encontra-se documentado na habilitação de Jacques Ratton (pai) à ordem de Cristo²⁵.

²² Nuno Daupias d'Alcochete, *Lettres familière de Jacques Ratton – 1792-1807*, p. 64.

²³ *Ibidem*.

²⁴ É de interesse fundamental um estudo aprofundado destes códices e de que forma eles influíram ou não na construção de um saber que se patenteia não só nas obras mas muito em particular nas práticas desta família.

²⁵ Cf. Jean – François Labourdette, *La Nation Française à Lisbonne de 1669 a 1790 – entre le Colbertisme et le libéralisme*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1988, p. 486.

Contudo, os mesmos documentos assinalam que em 1762, na data da habilitação à Ordem de Cristo, esta era uma das casas comerciais mais importantes da *nação francesa* em Lisboa.

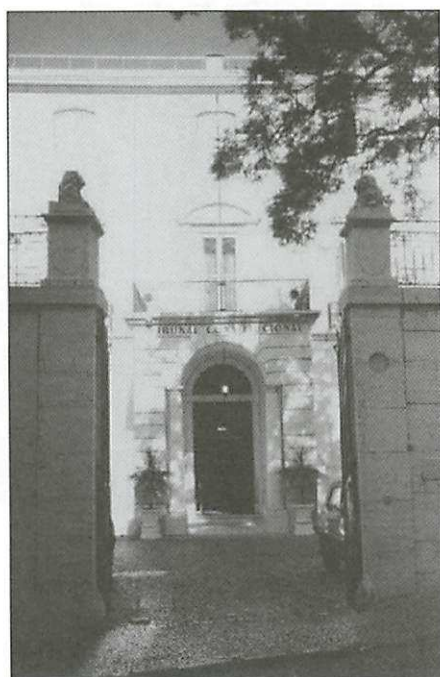


Fig. 3 – Palácio Ratton.

A família Ratton terá habitado várias casas: Jacques Ratton (pai) residiu no Chiado, na zona da Cordoaria Velha, Corpo Santo e Cruz de Catefarás²⁶. Jacome Ratton, por seu turno, morou na calçada de S. João Nepomeceno, nos poiais de S. Bento, na calçadinha das Mercês, nas Pedras Negras e em 1785 na rampa dos Caetanos. Por último, como ele próprio afirma, ter-se-á mudado: “(...) para a propriedade principal do dito Marquez (último Marquês de Pombal) situada na rua Formosa (...)” onde viveria com seu filho Diogo Ratton até à data da deportação, aí permanecendo os seus descendentes depois do seu exílio.

²⁶ *Ibidem.*

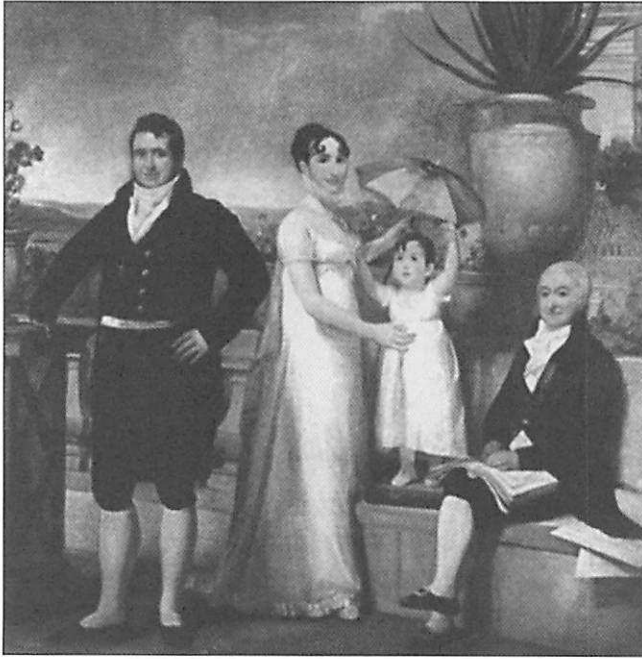


Fig. 4 – Diogo Ratton e Julie Daupiás com a sua filha Eulalie Ratton e sentado Jacome Ratton (Pintura de Pellegrini-1807)²⁷.

Tocando naquele que seria, como já afirmámos, o segundo núcleo temático da estrutura narrativa de Ratton – a primeira ocorrência ao seu tempo referenciada é a *época e sucessos respectivos ao Terramoto de 1755*, acontecimento que marca e que corre a Europa de então. As notícias de tal catástrofe e os auxílio prestado à cidade de Lisboa pelos países europeus percorrem a imprensa europeia e a portuguesa em particular. Observe-se as notícias da época na *Gazeta de Lisboa*.

Ratton imprime no seu relato um tom intenso, marcado pela vivência do acontecimento extraordinário, pelo valor testemunhal. Analisemos as suas palavras. O acontecimento teve lugar no 1º de Novembro de 1755, pelas nove horas e meia da manhã, e o nosso fidalgo, cavaleiro da Casa Real, peregrina pelos acontecimentos, referindo a sua ida à missa, por ser dia de todos-os-Santos, na Igreja do Carmo.

²⁷ Cf. nota 13.

Esta, como escreve: “(...) cujo tecto era de abobeda de pedra, e derrubado matou muito povo que ali se achava, de cujo perigo escapei por ter ido mais cedo, e me achar na dita hora nas águas furtadas das minhas casas (...)”²⁸.

O tom intimista e pessoal, roçando o *bathos*, atravessa a impressão como descreve os acontecimentos; contudo, os sentidos estão presentes na escrita: “Ao sentir o primeiro abalo me ocorreram muitas reflexões tendentes a salvar a minha vida, e não ficar sepultado debaixo das ruínas da minha casa, ou das vizinhas se descendo as escadas fugisse para a rua; mas tomei o partido de subir ao telhado, nas vistas de que abatendo a casa eu ficasse sempre superior às ruínas”²⁹.

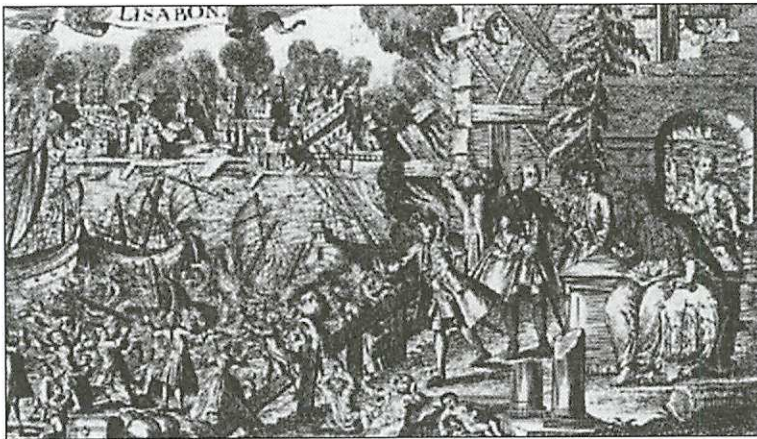


Fig. 5 – Terramoto de 1755
Estampa alegórica alemã sobre o desastre de Lisboa.

A visão domina: “Ja quando tomei este expediente era tanta a poeira que à maneira do mais denso nevoeiro, impedia a vista, a duas braças de distancia; só passados alguns minutos, que a dita poeira se foi dissipando, he que eu pude ver o interior das casas visinhas, por terem cahindo as paredes fronteiras, até aos primeiros andares, ficando os te-

²⁸ J. M. Teixeira de Carvalho, *op. cit.*, p.18.

²⁹ *Ibidem*.

lhados apenas sustidos pelas paredes divisorias. Seus habitantes, alguns ainda em camisa, correndo expavoridos de huma a outra parte imprecavão os auxilios do ceo, e dos homens em seu socorro. A vista deste horrivel scena, me resolvi descer as escadas(...)"³⁰.

O fluxo narrativo obedece, assim, a uma construção discursiva, que se arquitecta através de uma sequência de *cinégramas*, onde a partir dos quadros gerais se imbricam os momentos pessoais, como o encontro de Jacome Ratton com os pais, os quais o julgavam soterrado debaixo de uma chaminé que tinha derrocado.

É o tempo psicológico que comanda a descrição cronográfica. Os quadros descritos são impressionistas e dilatam micromomentos, como o encontro com a sua vizinha D. Maria Castro. Assiste-se ao relato verdadeiramente topográfico dos seus movimentos.

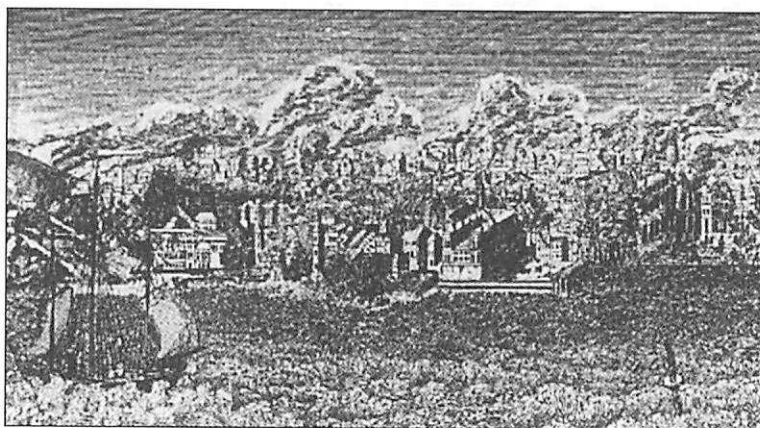


Fig. 6 – Vista do Mar do terramoto de 1755
Gravura francesa reproduzida num periódico da época
que relatava a catástrofe de Lisboa.

É assim que Ratton escreve: “(...)a tomei pelo braço, e seguimos(ele, seus pais e D. Maria) a rua dos Remulares por cima de entulhos, e muitos corpos mortos até à beira-mar, onde nos julgavamos mais seguros”³¹.

³⁰ *Ibidem*, pp. 18-19.

³¹ *Ibidem*, p. 31.

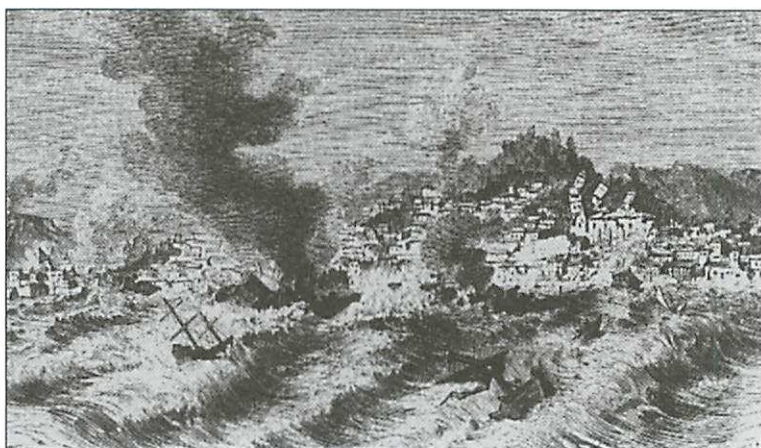


Fig. 7 – O maremoto e os incêndios na Lisboa de 1755, segundo uma gravura alemã.

“Mas pouco depois de ali termos chegado, assim como muita gente, se gritou que o mar vinha saindo furiosamente de seus limites: facto que presenciamos, e que redobrou o nosso pavor, obrigando-nos a retroceder pelo mesmo caminho, e a procurar, pela rua de S. Roque, o alto da Cotovia, então obras do conde da Tarouca, depois Patriarchal, e hoje (1810) Erario Novo, aonde vieram ter por diversos caminhos, meus Pais, e os parentes da dita senhora, todos na maior inquietação por não saberem uns dos outros...”³².

A descrição prossegue com a enunciação dos movimentos dos grupos, nomeadamente a procura colectiva de um descampado onde se recolhessem, e o caminho calcorreado até ao alto: “(...) da rua de S. Bento até à travessa de pombal a Cardeal de Jesus, havendo apenas algumas casas na rua que vai do pateo do tijolo ou obras do conde de Soure, até à fabrica da Seda, que existia, assim como também a casa de D. Rodrigo, actualmente Imprensa Régia, e o convento dos Jesuítas, hoje Colégio dos Nobres...”³³.

Desvenda-se a vivência de um espaço. É o património de uma leitura de uma cidade, o antes e o depois de um *sucesso* que marca um

³² *Ibidem*.

³³ *Ibidem*, p. 20.

tempo. É a voz de um vestígio que se pretende ler através de um *artefacto*³⁴.

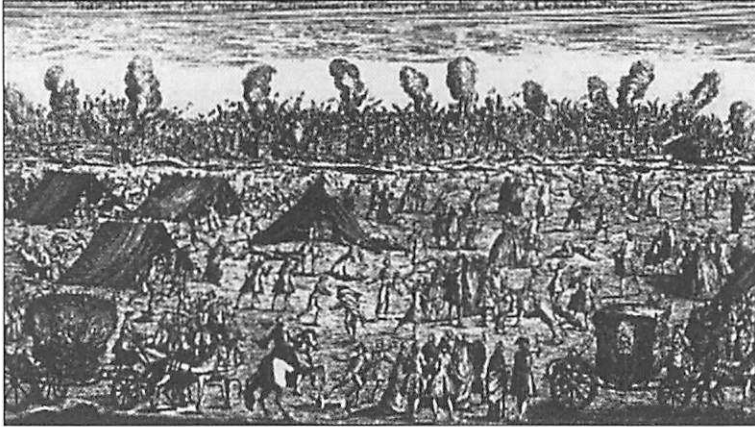


Fig. 8 – Estampa francesa de 1755 representando o acampamentos de refugiados a seguir ao terramoto, com Lisboa ao fundo, em chamas.

Como o fidalgo, cavaleiro da Casa Real, escreve: “O descampado daquele alto dava lugar a descobrir-se a cidade por todos os lados, a qual logo que foi noite, apresentou à vista o mais horrível espectáculo das chamas que a devoravam cujo clarão alumiaava, como se fosse dia, não só a mesma cidade, mas todos os seus contornos, não se ouvindo senão choros, lamentações, e choros entoando o Bendito, Ladainhas e Miserere. Por fortuna o céu se conservava claro e sereno, e o terreno enxuto; por não ter até então havido chuvas, nem as haver por oito dias mais, o que deu ocasião a fazer cada um os arranjos, que lhe permitiam as circunstâncias”³⁵.

Ratton relata os dias seguintes à catástrofe, nomeadamente o facto de se ter instalado numa quinta, sita na estrada do lumiar, depois do Campo Grande, onde ficariam no jardim: “(...) debaixo de uma barraca feita de lençóis, e alastrada de colchões, sobre os quais dormiam

³⁴ Como seria interessante ler a cidade através das descrições de Ratton, elaborando um cuidado roteiro a partir do seu texto.

³⁵ J. M. Teixeira de Carvalho, *op. cit.*, p. 20.

promiscuamente, e sem se despir, tanto a gente de casa, como a de fora; porque ninguém se animava de dormir debaixo de telha”³⁶.

Este texto é, como assinalámos, preferencialmente a *genealogia de um eu* – Jacome Ratton –, descrevendo os seus bens de raiz e o modo como os foi adquirindo. Nas *Recordações* deparamo-nos com um verdadeiro repositório de informações para quem se debruce sobre o Portugal da segunda metade do século XVIII. A nuclearidade desta narrativa é exemplar.

Vejamos a extensíssima inventariação dos seus tópicos descritos. Começemos: deparamos com a sua nomeação como deputado da Real Junta do Comércio e a exposição da sua demissão, a apresentação do seu projecto para a Fábrica das Chitas(1764), as razões do seu sucesso, não deixando de referenciar a opinião geral que havia sobre as fábricas. De seguida, o nosso fidalgo, cavaleiro da Casa Real, refere as fábricas de papel, de chapéus, de algodão e de fiacção, efectuando sempre a partir da descrição das mesmas aquela que teria sido a sua actuação. Ratton serve-se dos acontecimentos descritos, enquadrando-os no plano mais geral do reino de Portugal.

A sua narrativa prossegue com a referência aos prédios que possuía em Barroca de Alva, sendo os documentos produzidos sobre este espaço fundamentais para os estudos microhistóricos. São referenciados os viveiros que aí possuía de amoreiras brancas e o contrato que estabeleceu com a Real Fábrica da Seda, bem como os negócios que firmou com o Marquês de Pombal. Por outro lado, a sua visão de conjunto patenteia-se nos negócios firmados. Atente-se no facto de ter adquirido uma propriedade na praia do Calvário e no modo como explora este bem. Para ele, os dois lados do rio Tejo estão profundamente relacionados. As fábricas que funda neste lado do Tejo, à beira de Lisboa, potenciam os rendimentos auferidos na outra margem do rio, na Barroca de Alva.

Este seu projecto é em tudo meticulosamente projectado e faseado. Detenhamo-nos um pouco mais sobre este processo. Após referir a fábrica de louças e a de vidro, Ratton expõe o seu plano para aproveitar a frente de mar, preparando um espaço para ancoradouro, e introduzindo moinhos de maré e a vapor³⁷, isto, para além de outros edifícios.

³⁶ *Ibidem*, p. 21

³⁷ *Cf. Ibidem*, p. 61-63.

Este era o vasto projecto em: “(...) que estava ocupado na ocasião da infausta invasão, ficou por concluir em tempo mais oportuno, se a minha injusta deportação me não cortasse de todo as esperanças”³⁸. A rentabilidade do projecto não deixa de ser referenciada, anotando Jacome Ratton os locais de onde traria os materiais necessários para a construção; os fornos que fabricariam a telha necessária, não só para o consumo interno, mas também para venda; as madeiras que chegariam de Barroca de Alva; a instalação de uma fundição. Todas as despesas são pensadas assim como é pensada a forma de diminuir os custos. Ratton dispensa a presença de um arquitecto para acompanhar as diferentes fases de construção dos edifícios, visto ele próprio dirigir a sua edificação, sendo as despesas com os trabalhadores suportadas pelas oficinas em laboração. O próprio policiamento da propriedade encontrava-se contemplado no projecto³⁹.

A ligação de Jacome Ratton a França é exposta, espelhando-se a preocupação por parte do autor de documentar, provando as suas afirmações. Este fidalgo, cavaleiro da Casa Real, explicita os diferentes contactos efectuados com o reino da Flor de Lis, nomeadamente apresentando a *memória* que endereçou à Convenção Francesa, relativamente a uma nau francesa que tinha sido aprazada pelos ingleses e que tinha acostado a Lisboa. Ratton referencia-a, e anexa cópia dos documentos: “(...) para que os meus inimigos, ou os que souberem da dita memoria, não entendam que eu tive relações com a França, antes ou depois da revolução, contrários a lealdade, e deveres de hum vassalo Portuguez, que como tal me conduzi sempre depois da minha naturalização”⁴⁰.

Ratton assinala a sua administração de 27 anos, ao serviço da coroa, da casa de Torres, e anuncia que esteve na origem da fabricação do rapé em Lisboa, da introdução nesta capital dos candieiros de corrente de ar de Argant, das caixas fumigatórias para salvar os asfixiados. Os assuntos tocam, como ficou referido ao longo da nossa comunicação, diferentes esferas, desde da introdução de inovações técnicas várias até

³⁸ *Ibidem*, p. 63.

³⁹ “Este grande edificio constando de tantas, e tão variadas oficinas parece exigir muita gente para o guardar, e policia interior: mas tendo somente duas portas, huma da parte da terra, e outra sobre o mar junto no Batel-Porta do canal só precisa de hum fiel em cada porta, para as abrir e fechar; e hum feitor, que governasse sobre toda a gente ali empregada, e cuidasse na segurança de tudo quanto ali entrasse.” *Ibidem*, p. 64.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 60.

à alteração de costumes, não deixando obviamente de se acentuar a actuação pessoal nos vários cargos ocupados por este nosso deputado da Junta do Comércio. Nas *Recordações* confrontamo-nos com: a numeração dos despachos da Fazenda; a formação de mapas estatísticos trienais; a nova apresentação dos registos na Real Junta do Comércio; os projectos sobre hipotecas; a correspondência das letras de Terra (uma espécie de letras de câmbio) às letras de Câmbio que circulavam nas praças estrangeiras; o comércio com a Ásia; as leis dos falidos, não deixando de serem evocados os enquadramentos circunstanciais vários que motivam tais medidas.

Nesta nossa inventariação deparámo-nos ainda com as questões relacionadas com a criação de um porto franco em Lisboa, a origem do estabelecimento de fábricas em Portugal, a criação e direcção da Real Fábrica da Seda, o auxílio estabelecido para a reedificação dos edifícios públicos, as obras das Águas Livres, os empréstimos concedidos, as medidas tomadas por D. José para a introdução das *artes fabris* em Portugal, os seus efeitos e protecção. É igualmente noticiada, nesta nossa fonte, a introdução do papel-moeda, o projecto de construção de uma fábrica de armas no porto de S. Martinho, a restauração deste porto e da sua baía, e a *memória* dirigida a D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre tópicos tão díspares quanto o contrato do tabaco, as saboarias, o pau brasil e a urzela, a reforma administrativa, o peixe fresco, o real erário, a acumulação de muitos cargos numa única pessoa e a obtenção de um maior rendimento das fazendas dentro do Porto.

De seguida, Rattón debruça-se sobre aqueles que teriam sido os acontecimentos mais notáveis do Ministério de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, destacando a criação da Guarda de Polícia em Lisboa, o Campo Grande, as Nitreiras, a Impressão Régia, a fábrica de papel em Alenquer, o Hospital da Marinha e os seus encontros pessoais com o Ministro.

Da ênfase aposta às cousas mais notáveis que ocorreram no seu tempo no reinado de D. João V e de D. José, nomeia a actuação de Sebastião de Carvalho e Melo, Diogo de Mendonça Corte Real e Lucas de Seabra e Silva, Francisco Xavier de Mendonça e Paulo de Carvalho. Assiste-se a uma fluência pululante em que os temas correm através da pena do autor. Contudo, o destaque narrativo efectiva-se substancialmente no momento em que Jacome Rattón descreve o governo de Sebastião de Carvalho e Melo. Os tópicos narrativos são variados, passando

pelas casas conventuais dos Jesuítas em Lisboa e por aquilo que aconteceu após a sua expulsão, pela criação da Real Mesa Censória, do Colégio dos Nobres, do Real Colégio de Mafra e pela Reforma da Universidade de Coimbra. Para desvendar uma das correntes do pensar a educação em Portugal no século XVIII, importa visitar as *Recordações* de Jacome Ratton.

Possigamos com o elencar dos temas abordados por Ratton. De novo os assuntos económicos ganham a agenda deste fidalgo, cavaleiro da Casa Real: invoca-se e discorre-se amplamente sobre a protecção régia ao comércio; a importância da Companhia das Vinhas do Alto Douro, do Grão-Pará e Maranhão, Pernambuco e Paraíba, Companhia para a pesca da baleia nas costas do Brasil e a da Pescaria do Atum e da Sardinha. É a praticabilidade dos projectos e das acções que comandam as suas reflexões, nomeadamente quando escreve sobre a importância da criação da Aula do Comércio e do Real Erário, sobre a natureza e funcionamento da Junta do Comércio ou até sobre a criação da bacia de Paço de Arcos e da sua possível substituição, projecto que não teria avançado devido à *Invasão*.

Os momentos do presente lampejam aqui e ali no discurso, mas ainda não atingimos a peroração. Percorremos o discurso deliberativo que se debruça sobre os arquitectos da cidade e do governo, naquela que foi a edificação de Lisboa após o terramoto de 1755, e sobre o arruamento das classes de mercadores na capital.

Observe-se o fechar do círculo iniciado pela vivência de um acontecimento memorável. As palavras de Ratton são paradigmáticas, confrontando o passado com o novo plano da cidade. É seu o texto: “E qual era a edificação da cidade, e qual depois se tornou, pode julgar-se pela comparação d’Alfama Mocambo, Bairro Alto e Mouraria que escaparam ao terramoto, com a nova cidade que se reedificou sobre as ruínas da antiga”⁴¹. Aliás, Ratton analisa o projecto: “(...) a planta, e prospecto foi dado pelo primeiro architecto da cidade chamado Eugenio dos Santos, da escola das obras de Mafra”⁴². Veja-se a minudência e cuidado do detalhe: “Nesta planta se conservaram as praças, e largos, quasi com as mesmas dimensões que dantes tinham, alargando-se, e endireitando-se

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² *Ibidem*.

as ruas que eram minimamente estreitas e tortuosas; e nestas se assignou, quanto possível foi, o chão de cada proprietário, para edificarem, dentro de prazos determinados, por si, ou outrém, sob pena de os perderem; prazos que se foram prorrogando; por maneira que não consta que alguém perdesse o seu terreno⁴³. Se as regras são expostas também, o que corre é assinalado, não deixando o autor de reiterar a sua contundente opinião.

Ratton escreve que, devido aos terramotos, inicialmente se defendia que as casas da Cidade Nova não tivessem mais do que lojas e dois andares. No entanto, e para dar resposta aos pedidos, o governo teria consentido que se edificassem prédios de três andares com águas furtadas: “(...)e então se principiou a edificar segundo o prospecto que dera Eugenio dos Santos, consistindo em 1º andar de sacadas 2º e 3º e águas furtadas de janela de peito; à excepção das casas da praça do Rocio, as quais tem, não sei porquê, no 1º andar janelas alternadas de sacada e de peito, o que faz com que esta praça perca uma grande parte da sua beleza”⁴⁴.

Não é só este o reparo proferido pelo autor das *Recordações*. De imediato, este aponta a alteração que ocorreu ao plano inicial, onde as águas eram recebidas *em meios canais praticados nestas, o que dava*, segundo as suas palavras, um ar de nobreza à frontaria, não se vendo as chamadas biqueiras, resolvendo deste modo um dos problemas constantemente evocados por aqueles que viajavam pela cidade. Como Ratton escreve, tal seria: “(...) muito comodo aos viandantes. Este risco veio depois a alterar-se no sucessivo reinado, não só praticando-se 4 e 5 andares sem sacadas, ou com sacadas em todos eles, mas deixando-se cair por biqueiras as águas à rua; e para mais depravado gosto, estabelecerão varandas, e sobre varandas nos 4.º e 5.º andares, cuja enxelharia é lavrada a maneira de telha, e pintada da mesma cor”⁴⁵.

Os próprios riscos de colapso não deixam de ser ponderados pelo nosso fidalgo, cavaleiro da Casa Real. O nosso *memoralista* revela-se um conhecedor das artes de construir, afirmando: “Hé verdade que as casas construídas de madeira do 1º andar para cima, crescendo depois as paredes

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *Ibidem*, p.222.

de pedra e cal, como acessórias, são um abrigo aos desastres, que podem resultar de um terremoto, para as pessoas que se acharem dentro delas, e não tiverem o desacordo de sahir para a rua; mas desgraçados dos que se acharem nas ruas, se o abalo derrubar as paredes; porque a enxelharia dos 4.º e 5.º andares não deixará nenhum vivo”⁴⁶.

As críticas e a referência à não aplicação dos projectos continuam a pontuar as *Recordações*, como acontece acerca do reparo feito aos *utilíssimos* passeios que são segundo ele quase que inexistentes nas ruas que os podem admitir, apresentando uma bordadura dos colonelos: “(...) que alem da despesa e extravagante configuração, ocupam um lugar nos passeios tirado aos viandantes”⁴⁷.

Atentemos unicamente em mais uma das considerações referidas por Ratton: “Mas o que é imperdoável nesta nova reedificação, é que todas as ruas não tenham canos, e todas as casas cloacas, para o despejo das primeiras imundícies; he verdade que o dito architecto deo o risco dos canos, que se achão em algumas ruas da Cidade nova; mas tão dispendiosos pela pedra lavrada, que neles empregou, que julgo ser esta a causa de os não haver nas mais ruas; e tão defeituosos na sua configuração que não preenchem, ou preenchem muito mal os fins para que estão destinados”⁴⁸. Às críticas sucedem as práticas que se devem adoptar para resolver o problema, desvendando-se a acomodação a uma nova realidade que deve ser lida e tida em conta. É assim que defende que os arruamentos das classes de mercadores devem acompanhar os tempos, pois a extensão da cidade dita a impraticabilidade da sua concentração numa zona especifica da cidade: “(...)deixe-se cada individuo das classes pôr as suas lojas nos bairros, e ruas onde lhes fizer arranjo e conveniência, debaixo das formalidades dos seus respectivos regulamentos; porque deste modo ficará o Público bem servido, acabará a necessidade dos vendilhões pelas ruas e portas, e lojas e casas ocupadas por toda a parte pelos mercadores das diversas classes passarão a valer muito mais do que actualmente valem”⁴⁹.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ *Ibidem*, p.223.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ *Ibidem*, p.230.

O coroar das suas *Recordações* corporiza-se no discurso e na sua digressão sobre o Monumento da estátua equestre a D. José, no qual se assiste ao exórdio das virtudes régias: “De todos os monarcas Portugueses, que por seus grandes feitos tem merecido immortalisar-se na historia, nenhum será mais celebrado, quando esta, amortisadas as cegas paixões de uns, e extinctos os resentimentos de outros, se escrever sem parcialidade, e oferecer á posteridade o verdadeiro quadro do feliz Reinado do Snor rei D. José”⁵⁰. São as disputas de um tempo que se espe- lham, as vivências de uma realidade que cruza o quotidiano, amplamente reflectido nos artigos da imprensa da época.

Os últimos segmentos narrativos destas *Recordações* são toda uma sucessão de perfis. Ratton nomeia José de Seabra e Silva, por duas vezes Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, o Cardeal da Cunha, Ministro de Estado, Inquisidor Geral e Regedor da Justiça; Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado; Marquês de Angela, Presidente do Real Erário; Visconde de Vila Nova de Cerveira, depois Marquês de Ponte de Lima, Secretário de Estado; Luis Pinto de Sousa, depois Visconde de Balsemão, Secretário de Estado... e a lista continua com o nomear a D. João de Bragança, Ministro do Estado; D. Diogo de Noronha, Secretário de Estado; João Rodrigues de Sá, Secretário de Estado; Luís de Vasconcelos e Sousa, Presidente do Real Erário, e por último a família dos Cruzes.

Preparou-se, deste modo, a peroração, nela se mergulhando com o pleito público consubstanciado no último momento narrativo. Neste, Jacome Ratton enfatiza o seu comportamento durante e depois da *Invasão* até à sua deportação, para a cidade de Londres. É a inocência que proclama, e o desconhecimento das faltas que terão levado à sua condenação. Reitera não ser pedreiro-livre, naquela que é uma nítida alusão ao facto de estar no grupo dos que na noite de 10 para 11 de Setembro de 1810 foram presos e posteriormente exilados. É certo que encontramos na *História da Maçonaria Portuguesa*, de Oliveira Marques, o seu nome como fazendo parte da loja nº 5 de Lisboa, denominada Amizade, a qual teria sido fundada em 1801. Mas isso serão decerto outras deambulações⁵¹.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ Oliveira Marques, *História da Maçonaria em Portugal – das Origens ao Triunfo*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, I, p.157.

Seria nesta cidade que, segundo as suas palavras, teria conhecido, através da imprensa, os actos que lhe eram imputados. O discurso polido e pleno de propriedade não dispensa, de modo algum, o traçar da conjuntura em que Jacome Ratton se move, nomeadamente as relações que desenvolve com o Marquês de Pombal, o modo como vê a Revolução Francesa, seja através das suas recordações seja na sua correspondência familiar, o lugar que ocupa na comunidade francesa em Portugal, o seu papel no movimento da Setembrizada, o qual refuta mas onde é envolvido....

Contudo, não foi nosso propósito esgotar as leituras deste texto adormecido, esperamos tão somente ter acordado os vestígios de um passado, evocando as teias invisíveis de um *Patrimonium* que nos foi legado.